



Dr. Moises Apsan
30 Anos de Experiência
Licenciado em 50 Estados *

1-(877) 8738510
Agende uma Consulta



Original page: [Ordens do Executivo \(o presidente\) - Ferramenta do Presidente para a Reforma Abrangente da Imigração](#)



É possível uma ordem executiva prestar socorro imediato a determinadas disposições das leis draconianas em vigor da imigração, mesmo enquanto se espera por uma reforma abrangente da imigração? Vamos dar uma olhada na Ordem Executiva e seu poder.

Em janeiro, o presidente Barack Obama abordando medidas tomadas pelo Senado, afirmou que iria avançar com planos de criar uma comissão para reduzir o déficit orçamentário federal. "Ontem, o Senado bloqueou um projeto de lei que criou esta comissão. Então, vou emitir uma ordem executiva que nos permitirá ir adiante, porque recuso-me a passar este problema para outra geração de americanos. "

No dia 3 de Julho de 2002, o presidente George W. Bush assinou a Ordem Executiva (EO) 13269. A Ordem Executiva acelerou a naturalização de soldados na ativa, tornando-os imediatamente elegíveis para solicitar a naturalização. Para aqueles soldados estavam recém-casados também estendeu a seus cônjuges o status condicional (Green Card) para um ano, e em prorrogação de seis meses depois, até o retorno de seus cônjuges do exterior.

O que é uma Ordem Executiva?

"As EOs têm sido utilizadas para manipular as agências federais em direções contrárias às intenções do Congresso."

Executive Orders (EOs) são ordens legalmente vinculadas mandadas pelo Presidente, na qualidade de chefe do Poder Executivo, para as Agências Federais de Administração. Geralmente as EOs são utilizadas para orientar as agências federais e funcionários na sua execução de leis e regras estabelecidas pelo Congresso. No entanto, tem havido muitos casos que as EOs têm sido usadas para manipular as agências federais em direções contrárias às intenções do Congresso.

As EOs são muito poderosas. Não necessitam de aprovação do Congresso para ter efeito, mas eles têm o mesmo peso jurídico de leis aprovadas pelo Congresso. O Presidente fonte de autoridade para emitir ordens executivas podem ser encontradas no Artigo II, Seção 1 da Constituição que concede ao presidente o "Poder Executivo". A Seção 3 do artigo II vai mais longe e dirige o presidente a "tomar cuidado para que as leis sejam fielmente executadas." Para implementar ou executar as leis do país, os presidentes dão sentido e orientação para as agências e departamentos do Poder Executivo, muitas vezes sob a forma de ordens executivas.

Uma Breve História e exemplos

Desde os tempos de George Washington, as ordens executivas têm sido utilizadas por todos os

chefes-executivos. A maioria destes mandados não foram publicados e só foram vistos pelos órgãos específicos envolvidos. Não foi até o início de 1900, que o Departamento de Estado começou a numeração dessas ordens. Agora existem mais de 13.000 ordens numeradas. Todas as ordens executivas novas são facilmente acessíveis no Quadro de Disposição de Ordem Executiva.

Através da história, estas EOs têm sido utilizadas para fazer mudanças políticas importantes. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt assinou uma OE que forneceu transporte, alimentação, abrigo e outras acomodações para as crianças deslocadas pela máquina de guerra nazista. Em 1948, o Presidente Harry S Truman assinou a Ordem Executiva 998, que eliminou a segregação e discriminação racial nos serviços militares e em emprego federal. O Presidente Eisenhower usou um OE para desagregar escolas. Os Presidentes Kennedy e Johnson usaram para barrar discriminação racial na habitação federal, em recrutamento e na contratação. O Presidente Reagan usou uma EO para barrar o uso de verbas federais para defender o aborto. O presidente Clinton reverteu essa ordem quando ele entrou no escritório. Em 2003, o presidente, George W. Bush assinou uma ordem executiva que retardou a liberação de milhões de documentos governamentais, tornando mais fácil para os presidentes e suas administrações para manter os registros históricos de forma secreta.

É muito claro, através da história, que o Presidente dos Estados Unidos pode emitir ordens executivas em matéria de imigração. Mesmo os executivos locais podem emitir um Ato Executivo.

Em 17 de setembro de 2003 o prefeito Michael Bloomberg assinou uma ordem executiva que proíbe as agências de New York City, incluindo o New York City Police Department [NYPD] de investigar o status de imigração de indivíduos e de compartilhar essas informações com as agências federais. Esta EO substituiu uma lei anterior que deu ao NYPD o direito de solicitar a qualquer pessoa, incluindo as testemunhas e vítimas de crimes, o seu status de imigração, e também tinha o direito de divulgar as informações às autoridades federais.

O processo

Um alívio suficiente seria dado aos 12 milhões de imigrantes ilegais neste país até que uma abrangente reforma da imigração é finalmente transformada em lei

O processo pode ser rápido e não precisa de qualquer envolvimento com o Congresso ou o Poder Judiciário do governo. Você não verá um debate público antes da assinatura de uma OE. Quando o presidente assina uma ordem executiva, ela é enviada para o Escritório do Registro Federal. As ordens executivas e outros documentos presidenciais aparecem pela primeira vez no Federal Register. As ordens executivas do atual presidente também têm sido publicadas na página web da Casa Branca.

A Polêmica da Ordem Executiva

Uma Ordem Executiva permite o presidente a criar mesmo uma lei, sem o consentimento do Congresso. Esse poder parece correr contra o conceito básico constitucional da "Separação de Poderes." Entretanto, historicamente, o Congresso tem dado ao presidente espaço considerável para implementar e administrar a legislação federal e programas. Há momentos em que o Congresso é incapaz de concordar sobre a forma de aplicar uma lei ou um programa e deixa as decisões com as agências envolvidas. Essas agências são controladas pelo presidente. Sempre que o Congresso não faz claro sobre como a lei está a ser implementada, ele deixa uma abertura para o presidente assumir, na forma de uma Ordem Executiva..

O que Congresso pode fazer se discordar

Se o Congresso não está satisfeito com o que o presidente está a fazer, tem a opção de re-escrever a lei e detalhar como o Poder Executivo deve atuar. No entanto, o presidente pode vetar o projeto de lei, deixando apenas a opção do Congresso para votação de 2/3 da maioria para substituir uma ordem executiva.

Não é normal para o Congresso para atacar uma EO a lidar com a política externa, defesa nacional, ou a implementação e negociação de tratados, pois estas são competências atribuídas em grande parte ao presidente pela Constituição. As ordens executivas podem ser contestadas em tribunal. Estes desafios para a ordem executiva são que a Ordem se desvia "da intenção do Congresso" ou excede os poderes constitucionais do Presidente.

A crítica fundamental da Ordem Executiva é que um presidente poderia tomar decisões políticas importantes, sem qualquer Congresso, exercendo sua autoridade para criar a OE.

"Um alívio suficiente seria dado aos 12 milhões de imigrantes ilegais neste país até que uma abrangente reforma da imigração é finalmente transformada em lei"

CONCLUSÃO

Se o Congresso se encontra incapaz ou não tem desejo de passar a Reforma Abrangente da Imigração deste ano, o presidente pode emitir seções de seu conteúdo como uma série de ordens executivas. Desta forma proporcionando assim um alívio imediato às seções das leis de imigração que estão a criar mais problemas. Os conservadores do Senado teriam dificuldade em bloquear essas ordens, como uma maioria de 2/3 teria de votar contra, o que é improvável. As ordens executivas poderiam ser contestadas no tribunal, mas isso tomaria um tempo muito longo, e, entretanto, (alívio suficiente seria dado aos 12 milhões de imigrantes ilegais neste país até que uma reforma abrangente da lei de imigração seja finalmente transformada em lei).